

ARTIGOS

XI MOSTRA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

**(DIREITOS HUMANOS, DESENVOLVIMENTO E
GESTÃO SOCIAL CONTEMPORÂNEA)**

21, 22, 23, 24 e 25 de novembro de 2016

SUMÁRIO

O MITO FUNDADOR DA MACHA PARA O OESTE.....	4
MÉTODOS DE PREPARAÇÃO PARA O ENADE NO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO.....	14

O MITO FUNDADOR DA MACHA PARA O OESTE

Isac Ferreira¹

RESUMO

A pesquisa teve como objetivo pormenorizar e descortinar os indivíduos que contribuíram para que o projeto marcha para o Oeste e, diretamente, a criação da Colônia Agrícola Nacional de Goiás – CANG fossem vistos nacionalmente como prioridades. Getúlio Vargas foi o mito político central deste desfecho que tornou capazes ações políticas de aglomerações de massas em prol da colonização de partes do território brasileiro. Haverá um esmiuçamento das dificuldades de acesso, locomoção, adaptação rumo a terras desconhecidas.

Palavras-chave: colônias; implantação; marcha; mito.

INTRODUÇÃO

Há o nascimento do mito político quando este emerge em um contexto comum a todos, a necessidade coletiva de rompimento com um passado e a busca de direcionamento a um futuro promissor. Foi justamente este sentimento que possibilitou a coesão social necessária para a criação do mito político Vargas.

Vargas surge como o personagem capaz de sanar as crises, inflação, controlar os empréstimos feitos ao Banco do Brasil a juros altos e assume com isto a função de Pai dos Pobres, Chefe da nação; dentre outros inúmeros atributos que lhe são dados. Esta caracterização heroica é que resguarda a centralidade do poder a Vargas.

O estudo busca clarificar os fatores de ordem socioculturais que possibilitaram a Vargas se tornar um mito fundador do projeto marcha para o Oeste amparado em procedimentos metodológicos tais como pesquisa bibliográfica, trabalho de campo e pesquisa documental com levantamento de dados oficiais referentes à dinâmica populacional, às instituições de serviços e à infraestrutura produtiva.

1. O MITO POLÍTICO DE VARGAS

D'Araújo (1997), na obra “A Era Vargas”, nos diz que o governo de Getúlio, apesar de fazer uso de medidas autoritárias, era visto com bons olhos pela maioria da população brasileira. Isto se explica pela criação do conceito de mito político². O mito político nasce em momentos de crises, dirigindo-a e solucionando-a a partir de questionamento global de institutos culturais, é o vestíbulo da formação da consciência social e da criação de estruturas do agir e do pensar, (BOBBIO, 1998, p. 758). Com a implantação deste, as massas populares passaram a ter a percepção da ordem política e o um sentimento de participação, uma vez que, adorando e reverenciando o chefe, sentiam-se partícipes daquela sociedade. Para a autora “Vargas não surgiu do vazio. Vargas foi, ou é ainda, o mito que representava o Estado nacional organizado, a legislação trabalhista, a soberania, o nacionalismo, a brasilidade, a defesa dos humildes, o pai dos pobres”, (D'ARAÚJO, 1997, p. 78).

O mito Vargas foi fruto de uma construção histórica que se deu a partir do Estado Novo quando foi montada uma ampla rede de censura e propaganda política. O órgão encarregado dessa tarefa foi o Departamento

¹ Acadêmico de Direito pela Faculdade de Ciências e Educação de Rubiataba – FACER e mestre em História pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC.

² Mitos políticos são ideias especialmente adequadas para realizar uma ação política de massa. O seu surgimento está sempre associado a períodos de crise na vida e pensamento das sociedades. Por mais que você tente silenciá-los, os mitos sempre voltam, convocados por crises e homens com cara de limite recorrentes. O mito expressa um senso de limite e passagem de uma situação para outra. Sociologicamente, é um fenômeno ligado a processos de mudança social. Assim, a consideração de mito político na obra de análise política é muito importante, pois permite o acesso ao grupo imaginário e não apenas detectar a situação vivida, mas como ocorreu a situação, ou seja, expectativas e temores despertados. Incorporar mito político análise racional da lógica fatores situacionais significa aceitar a ambiguidade e incerteza: é preciso fazê-lo apenas por uma questão de maior realismo, porque o mito é um elemento integrante, normal e patológico, de qualquer situação social e política (GIRARDET, 1987, p. 21).

de Imprensa e Propaganda (DIP), que se dedicou com afinco à promoção da imagem do ditador. O DIP passou a funcionar no Palácio Tiradentes, sede da Câmara dos Deputados, que se encontrava fechada.

O DIP também foi responsável pela introdução do programa radiofônico “Hora do Brasil”, que era transmitido por todo o país das 19h às 20h. Nele, mostravam-se as realizações do governo e eram reproduzidos os discursos de Vargas em ocasiões solenes. Hodiernamente, ainda é veiculado com o nome de “A Voz do Brasil”.

Em 1934, o Departamento de Difusão Cultural passou a ser o responsável pelo trabalho de propaganda e difusão das imagens oficiais através das cartilhas, livros escolares, desfiles, biografias e monografias. Esta produção da imagem, tanto de Vargas quanto de seu governo, foi aperfeiçoada com o DIP a partir de 1939.

As fotografias, neste momento, assumem o papel de revelar um imaginário social construído e fortalecido, pois elas tornam o simbólico compreensível. Os departamentos vêm à fotografia enquanto instrumento de manipulação da informação a respeito de Vargas e do Estado Novo. Devido a isto, o DIP assume tamanha importância no governo varguista: a de censurar, construir e propagar a imagem adequada às ideias do Estado.

Traçou-se, assim, a imagem de Vargas como o “Salvador da Pátria” e de um chefe de governo protetor dos pobres e dos trabalhadores desamparados - o “pai dos pobres”. Essa ideologia foi criada com divulgações de imagens que representavam Vargas no meio de pessoas carentes e também por seus discursos em consonância com os quereres desta classe social. Por fim, o suicídio de Vargas serviu para transformar o mito político em herói trágico e mártir da nação brasileira.

Assim, é possível identificar que o mito político de Vargas foi construído através de diversos meios de comunicação, dentre eles a fotografia, a visualidade narrativa dos eventos, personagens, figuras de Vargas foram traduzidos na produção imagética do período e por meio dos discursos proferidos pelo próprio Vargas.

É possível constatar que Vargas, através de discursos atrelados ao ufanismo, se afirma como o representante máximo e protetor dos brasileiros. Portanto, este monumento é um preito de justiça e um motivo de orgulho nacional, principalmente para mim, representante dos patrióticos brasileiros. Foi erguido como um testemunho da nossa gratidão por tudo quanto devemos aos que, vindos de terras tão diversas, mas trazidos pela mesma esperança, se empenharam como nós em promover o engrandecimento de nossa terra, que para eles também já é uma pátria, nação resguardada por um governante amigo de todos. Reverenciamos hoje, comovidos na profundidade do nosso reconhecimento, aqueles que contribuíram decisivamente para o engrandecimento do Brasil; aqueles que transplantaram para estas férteis planuras do Sul a semente nova de culturas antigas; aqueles que nos trouxeram o concurso inestimável da mão-de-obra qualificada e da especialização técnica, possibilitando o surto vertiginoso de nossa industrialização; os agricultores, os artesãos, os mestres de arte e ciência, todos enfim que retribuíram em cultura, experiência e esforço os incentivos e as oportunidades da terra generosa. Este marco, levantado por iniciativa do povo e à custa do povo, exprime bem o nosso sentido de fraternidade humana e o nosso desprendido amor a todos os que se devotam ao labor pacífico e construtivo (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – FGV, 20 de abril de 1942).

Gomes (2012) assevera que os mitos políticos enraizam-se na realidade como ponto fundador em meio a crises e entraves sociais e políticos estabelecem-se como detentores da nova ordem social e política, ocupam a lacuna com uma retórica fabulosa de propostas que abandonam o passado e enaltecem o futuro.

Portanto, na figura de Vargas, a construção deu-se muito cedo, sua carreira política foi colaboradora na produção de sua imagem, o lado regionalista e familiar esteve presente por diversos momentos, uma maneira, de através da visualidade do discurso, propor a união, a importância da família, dos valores e dos costumes. Os elementos que favoreceram a elevação de Vargas ao mito político são muitos, no entanto alguns são evidentes, a partir do privado (a família, o regional) ganham valorização no espaço público, um elo entre o governante e os populares, porque reconhecerem nele significados que lhe são íntimos.

Os mitos políticos da sociedade contemporânea não se diferenciam muito dos grandes mitos sagrados das sociedades tradicionais. A mesma e essencial fluidez os caracteriza, ao mesmo tempo em que a imprecisão de seus respectivos contornos. Imbricam-se, interpenetram-se, perdem-se por vezes um no outro. Uma rede ao mesmo tempo sutil e poderosa de liames de complementaridade não cessa de manter entre eles, como passagens, transições e inferências. A nostalgia das idades de ouro findas desemboca geralmente na espera e na pregação profética de sua ressurreição. (GIRARDET, 1987, p.15)

Gomes (2012) analisa a história da construção e do mito político de Vargas. Destarte, o mesmo inicia com e logo após a Revolução de 1930. Nesse momento, Vargas era apenas um de um conjunto de líderes, embora fosse aquele que iria assumir a chefia do Estado brasileiro. Pode-se, logo verificar que a sua figura começa a ser trabalhada como exemplo de presidente quando era ainda chefe do Governo Provisório (1930-1934) e, a seguir, o presidente constitucional do país (1934-1937). A partir deste instante, a propaganda em torno de seu nome e das realizações de seu governo não para de aumentar. Entretanto, foi somente após o golpe do Estado Novo que a preocupação com a construção do mito Vargas chegou a seu auge. Como o regime era autoritário, a intensa propaganda se beneficiou muito da censura, dirigida a todos e a tudo que pudesse ser considerado danoso ao regime e a Vargas. Na fase do Estado Novo, cresceram lado a lado propaganda e repressão, quer esta se manifestasse

através dos instrumentos da repressão física direta, quer assumisse as feições, nem sempre muito sutis, da censura e também da autocensura.

Assim, mitos políticos fazem parte das construções modernas, e se tornam possíveis quando a política se torna uma atividade central para uma sociedade e quando as “massas” se tornam um ator necessário. Mitos políticos, especialmente quando assumem a forma de uma personalidade, cumprem o papel de guias para o povo, devendo ser facilmente reconhecidos e seguidos. Nesse sentido Getúlio Vargas foi um grande mito, construído no contexto das décadas de 1930-1940, quando o Brasil se tornava uma sociedade urbano-industrial, influenciada pelos meios de comunicação de massa e, portanto, não se podia mais desconhecer os graves problemas socioeconômicos que inquietavam a população havia décadas.

Mitos políticos exigem intensa e sofisticada propaganda governamental, que era feita pelas emissoras de rádio, mas era preciso que a publicidade que estivesse sendo propagada fizesse sentido para a população receptora, que vinculasse à sua experiência de vida, direta ou indiretamente. A construção de um mito, contudo, não é mera obra de mistificação.

As estratégias utilizadas pelo governo Vargas não se resumiam em solucionar os problemas das cidades somente, eram antes um projeto político que visava desenvolver o capitalismo no Brasil, “projeto este que, na prática, atendia muito mais à classe industrial ascendente do que aos trabalhadores que, nos discursos de Vargas, eram tratados como o centro das atenções”, (OLIVEIRA, 1999, p. 54). Na visão da autora, o real interesse e objetivo do Governo Vargas era reordenar o capitalismo no País. Esta afirmativa se sustenta no próprio discurso varguista, proferido no dia 1 de maio de 1941: é necessário à riqueza pública que o nível de prosperidade da população rural aumente para absorver a crescente produção industrial; é imprescindível elevar a capacidade aquisitiva de todos os brasileiros – o que só pode ser feito aumentando-se o rendimento do trabalho agrícola, (OLIVEIRA, 1999, p. 78).

Conforme Capelato (2009), o objetivo principal do governo de Vargas era concretizar o progresso dentro da ordem. Para isso, fez esforços para superar o atraso e transformar o Brasil num país desenvolvido do ponto de vista econômico. Quanto aos trabalhadores, o governo Vargas necessitava de seu apoio, e estes reivindicavam terras. Porém, se ocorresse uma reforma agrária, este perderia apoio da elite. Uma ideia foi à criação do projeto Marcha para o Oeste.

No começo da década de 1940, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 1996), o Brasil contava com 43 milhões de habitantes concentrados, praticamente, no litoral e imaginavam o interior do país como algo exótico e selvagem. A região interiorana era uma enorme e inexplorada mancha na geografia brasileira.

Brasileiros, no momento em que todos os pontos do território nacional, vos reunís em festa — nesta clara hora de compreensão e de compromisso, evocadora da criação da Pátria, de devoção ao culto dos seus heróis —, eu vos saúdo fraternalmente, em perfeita comunhão de sentimentos, cheio de confiança e de fé. As lutas ásperas e anônimas pela ocupação da terra selvática e exuberante; os anseios dos homens novos, moldados ao influxo prodigioso do meio tropical e nascidos para viver num mundo também novo, cuja posse souberam disputar, tenaz e heroicamente, à cobiça de estranhos; o fervor messiânico e o sacrifício dos mártires que primeiro sonharam a Nação forte e soberana — tudo isso se resume e simboliza, transformada, hoje, no despertar em busca do verdadeiro sentimento patriótico. Eu vos peço e convoco para que sintamos a brisa de nossa brasilidade (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – FGV, 19 de fevereiro de 1940).

Seguindo a interpretação de Soares (2007), o discurso ideológico criado e dito incansavelmente por Vargas, convocava a população para uma missão de cunho patriótico. Getúlio queria conquistar a anuência dos brasileiros para o desbravamento das regiões de frugal povoamento, construindo um nacionalismo pautado na concepção capitalista de integração do território às normas econômicas.

2. O projeto de criação das colônias agrícolas nacionais

Garfield e College (2000) afirmam que o território brasileiro havia prosperado quase que exclusivamente no litoral, enquanto seu vasto interior mantinha-se estagnado e desconhecido, vítima do estereótipo mercantilista colonial, da falta de estradas viáveis e de rios navegáveis e também do sistema federalista que caracterizou a República Velha (1889-1930). Um exemplo que reforça esta pesquisa é que no censo de 1940 o sul mato-grossense contava com apenas 238.640 habitantes. Portanto, esta era uma área que tinha um vazio populacional no Mato Grosso do Sul, que passou, a partir de então, a servir de atrativo para políticas de colonização.

Segundo Silva (2002, p. 07):

O projeto de criação de colônias agrícolas foi desenvolvido e implementado durante o Estado Novo (1937-1945), intencionando ocupar áreas de fronteira e inseri-las num

processo produtivo de característica capitalista, visando à criação de um mercado interno de produção e consumo. A CANG surge nesse contexto, obedecendo às regras desse planejamento colonizatório.

Conforme Silva (2002) as colônias agrícolas³ foram criadas durante a política de expansão econômica que ficou conhecida como Marcha para o Oeste. Tinham como objetivos centrais a política demográfica de incentivo a migração, a criação de Colônias Agrícolas, a construção de estradas, a reforma agrária, mesmo que de forma indireta, e o incentivo a produção agropecuária de sustentação. O “caminho do Oeste”, como disse o Presidente Getúlio Vargas, era o caminho do Brasil, o grande tronco que formaria o eixo da “civilização brasileira” e por onde se expandiria em grandes conquistas, o gênio comercial, industrial, econômico, enfim, da raça (SILVA, 2002, p. 58). A Marcha para o Oeste simbolizava, na época, o caminho para o progresso e a civilização.

O Decreto Lei nº 3059/41 diz que o Governo federal em colaboração com os Governos estaduais e municipais e todos os órgãos da administração pública federal e, também, por intermédio do Ministério da Agricultura, promoveria a fundação e instalação de grandes Colônias Agrícolas Nacionais, destinadas a receber e fixar, como proprietários rurais, cidadãos brasileiros reconhecidamente pobres que apresentassem aptidão para os trabalhos agrícolas e, excepcionalmente, agricultores qualificados estrangeiros. Todas as despesas decorrentes da fundação, instalação e manutenção das colônias, inclusive construção e conservação das vias principais de acesso, seriam custeadas pela União, de acordo com o volume de créditos que fossem destinados a esse fim.

De acordo com o art. 2º do Decreto Lei nº 3059/41 as colônias seriam criadas por decreto executivo e fundadas em grandes glebas de terras que deveriam reunir situação climática e condições agrológicas exigidas pelas culturas da região e cursos permanentes d’água ou possibilidade de adubagem para irrigação.

Nesse mesmo Decreto Lei nº 3059/41 afirmava-se que a escolha da região para a fundação da colônia, ter-se-ia em vista a existência de quedas d’água para a produção de energia hidroelétrica. Escolhida a região para a colônia, proceder-se-ia à elaboração do plano geral de colonização e orçamento dos respectivos trabalhos, que deveriam ser submetidos à aprovação do Presidente da República. Na sede da colônia deveria ser fundado um aprendizado agrícola destinado a ministrar aos filhos dos colonos instrução rural adequada, dotado de oficinas para trabalhos em ferro, madeira, couro, dentre outros, onde os colonos e seus filhos aprenderiam esses misteres necessários ao homem rural.

Nas colônias seriam mantidas ainda escolas primárias para alfabetização de crianças em idade escolar e os colonos seriam reunidos em cooperativas de produção, venda e consumo. Quando aprovado fosse o plano geral de colonização e executados os respectivos trabalhos, seria organizada a relação dos candidatos aos lotes, dando preferência, na distribuição, aos moradores locais e dentre estes os de prole numerosa, assim considerados os chefes de família que tivessem, no mínimo, cinco filhos menores dependentes.

Os lotes, casas e quaisquer benfeitorias neles existentes, seriam concedidas gratuitamente, observadas as seguintes condições: o colono para ter domínio útil do lote deveria nele residir, e receberia sementes e material agrário necessários para a sua exploração agrícola. Para atender as necessidades básicas dos colonos, seriam instalados alguns centros de consumo. O prazo em que o lote deveria ser utilizado agricolamente em condições satisfatórias de técnica e extensão era estipulado antecipadamente. Findo o prazo e preenchidas as demais condições constantes deste decreto-lei, o colono receberia como plena propriedade o lote, a casa e o material agrícola em seu poder, independentemente de qualquer pagamento.

Aos colonos seriam facultados os auxílios a partir do período de sua localização no núcleo, como, por exemplo, trabalho assalariado ou empreitada em obras ou serviços da colônia, pelo menos durante o primeiro ano. Receberiam assistência médica e farmacêutica e serviços de enfermagem até a emancipação de colônia. Durante o primeiro ano, seria concedido aos colonos empréstimos de máquinas, de instrumentos agrícolas e de animais de trabalho; e transporte da estação ferroviária, porto marítimo ou fluvial até a sede da colônia.

Os lotes rurais seriam concedidos a cidadãos brasileiros maiores de 18 anos, que não fossem proprietários rurais e reconhecidamente pobres, desde que revelassem aptidão para os trabalhos da agricultura e se comprometessem a residir no lote que lhes fosse concedido. Excepcionalmente, poderia ser concedido lotes a agricultores estrangeiros qualificados que, por seus conhecimentos especiais dos trabalhos agrícolas, pudessem servir como exemplo e estímulo aos nacionais.

Diante das imposições do decreto-lei expostas parece pertinente a afirmação de Dayrell (1974, p. 88) sobre as Colônias Agrícolas Nacionais, de que “foram criadas para receber e fixar cidadãos brasileiros pobres,

³ Foram criadas oito Colônias Agrícolas Nacionais a partir de 1941, sendo a primeira no estado de Goiás e as outras nos seguintes estados: Amazonas, Pará, Maranhão, Paraná, Território de Ponta Porã (Mato Grosso), Piauí e Minas Gerais. Porém, das oito Colônias Agrícolas, somente duas prosperaram, a de Goiás, e a de Dourados no estado de Mato Grosso.

aptos à agricultura, dentre aquele amplo programa de superação das carências do modelo brasileiro de desenvolvimento”. Com as Colônias pretendia-se resolver dois estrangulamentos básicos:

Alocar mão-de-obra liberada pela decadência da cafeicultura (e de maneira mais global pela deterioração das relações de troca entre o velho campo e a nova economia urbana), e criar para esta uma frente agrícola comercial interna. (BERTRAN, 1988, p. 92).

Todavia, Dayrell (1974) e Bertran (1998), asseveram que as colônias foram alternativas encontradas pelo governo Vargas para contrabalancear interesses capitalistas e atender a população despossuída sem realizar a reforma agrária.

O Decreto-Lei nº 3.059 de 14 de fevereiro de 1941, que instituiu a criação das Colônias Nacionais, exigia o desbravamento; ou seja, a ocupação do espaço geográfico, a organização e a emancipação vindoura. Também traçou regiões ideais (com condições de solo e açudagem) e estabeleceu o tamanho dos lotes a serem distribuídos (entre 20 e 50 hectares – devendo preservar 25% da vegetação original). Determinou ainda a fundação de uma sede e de instituições de ensino educacional agrícola primário, como já comentamos anteriormente. Estabeleceu que deveria ser construída instalações de indústrias de beneficiamento agrícola e cooperativas de produção para venda e consumo dos produtos. As construções de residências também constavam no decreto, assim como sua distribuição, que deveria privilegiar famílias com muitos filhos (mínimo de 5).

A CANG e as regras a serem seguidas pelos povoadores foram cumpridas, inicialmente, pela administração de Bernardo Sayão. O governo de Vargas encontrou em Sayão um representante para conduzir a região aos moldes da política do Estado Novo. Contudo, para uma visão mais explícita, a centralização político-administrativa da equipe de Vargas será analisada.

O governo de Getúlio Vargas se organizava alicerçado na crescente centralização político-administrativa, num esforço para eliminar os vícios da Primeira República, marcada por crises econômicas, revoltas sociais e militares, e a influência dos grupos oligárquicos nas políticas regionais. Em sua ótica, essas antigas práticas não mais combinavam com a nova ordem e não cooperavam para atingir o crescimento urbano, a criação de indústrias para substituição de importação, (GARCIA, 2010, p. 166).

Assim, o governo de Vargas manteve em suas mãos o controle político regional e criou uma política de interiorização, traduzida na Marcha para o Oeste, com o projeto de incluir os espaços regionais, sobretudo do Brasil Central. Logo com a política de interiorização, os desequilíbrios regionais iriam desaparecer e sepultar de vez a separação entre as regiões ricas e as pobres, já que o isolamento e a falta de contato constituíam os únicos inimigos para a integridade do país. (GARCIA, 2010, p. 167).

Em decorrência dessa política adotada por Vargas, dois movimentos para o interior destacaram-se nos anos 1940: a instalação das colônias agrícolas nacionais e a expedição Roncador-Xingu da Fundação Brasil Central. A rota dessa expedição, nas palavras de seu idealizador, o coronel João Alberto⁴, revelava a preocupação em avançar pelos pontos mais desconhecidos do Brasil Central. Todavia, Goiás, foi afetado por esses dois movimentos exatamente em questões associadas ao ponto crucial e permanente em sua história: o isolamento e o desconhecimento do território (GARCIA, 2010, p. 168).

Na política administrativa de Vargas foram apresentadas estratégias avançadas para a ocupação e povoamento dos **vazios** do interior, que se tornaram carro chefe da propaganda, porque deveriam atuar em todas as esferas que compunham o conjunto urbano/rural em busca da integração do território nacional. Constituiu, indubitavelmente, a expressão mais elaborada do “projeto civilizador” do Estado Novo, a colonização por meio da criação de pequenas propriedades em que os trabalhadores pudessem se fixar e produzir para o abastecimento regional e nacional. Assim, as colônias desbravariam regiões isoladas, criariam propriedades, moradias e empregos; produziram bens, gerando rendas e integrando regiões (GARCIA, 2010, p. 168).

Em Goiás foi implantada a Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG) na região do chamado Mato Grosso Goiano ou Mata do São Patrício. A CANG situava próxima a Anápolis e Goiânia. Assim como as demais colônias (imagem 01), estava vinculada ao Ministério da Agricultura. O agrônomo Bernardo Sayão foi escolhido para ser o administrador desta colônia, já que era um idealizador da ligação do Brasil com o Pacífico por meio de estradas abertas para o Oeste, que atravessariam os pantanais, os altiplanos e as Cordilheiras dos Andes, (GARCIA, 2010, p. 168).

⁴ Ministro da Coordenação de Mobilização Econômica e ex-tenente da Coluna Prestes. Era homem de confiança do governo Vargas.

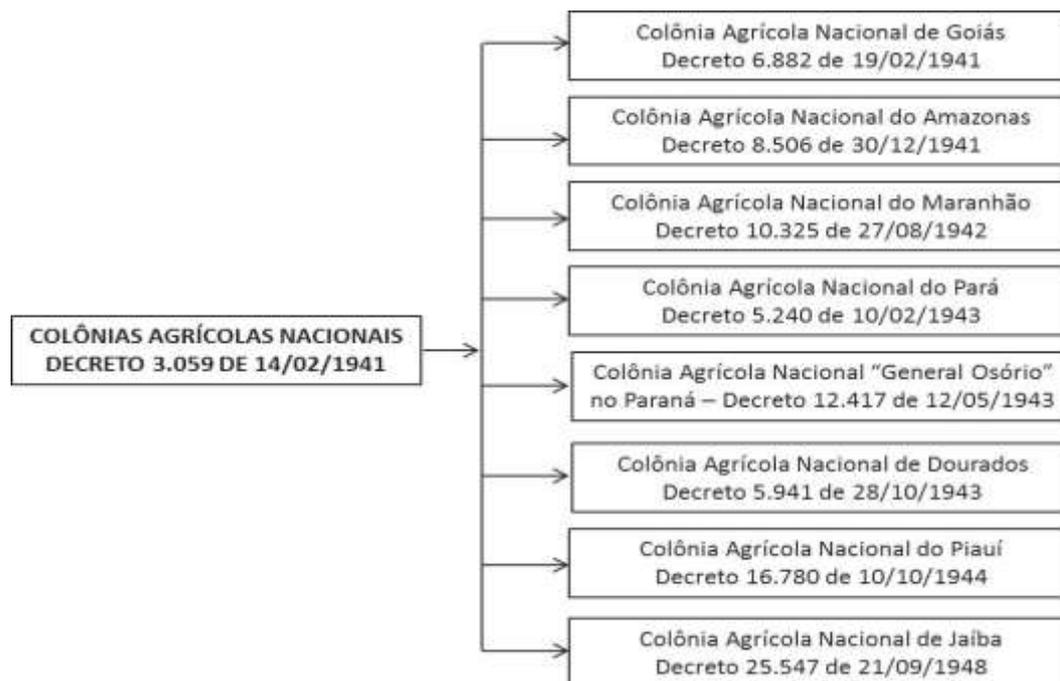


Imagem 01: Ordem cronológica das oito Colônias Agrícolas criadas pelo Governo Federal. Organizado pelo autor.

No início da década de 1940, para Garcia (2010), houve euforia e curiosidade em relação à Colônia Agrícola de Goiás. Pessoas de várias partes do país procuravam o engenheiro agrônomo para se inscrever e se candidatar a um pedaço de terra. Máquinas trabalhavam sem descanso na derrubada da mata, na abertura de estradas, na construção de campo de pouso, ruas, pontes, casas e edifícios para hospital, igreja, prefeitura, dentre outros. Uma corrida para o Oeste.

Lenharo (1985) alarga a discussão sobre a política governamental e explica que o Estado Novo foi utilizado para orientar economicamente o país, neutralizar **os efeitos dissociadores**, afastar os **problemas secundários**, limpando o caminho principal da integração das ilhas econômicas, através do alargamento do mercado interno. O Estado Novo viera para ampliar a diversificação da produção, agrupar os núcleos econômicos através de um sistema de transporte e, desta forma, assegurar um “poderoso vigamento à unidade nacional (LENHARO, 1985, p. 26).

Assim, a política varguista de povoamento e colonização deveria resultar numa base produtiva que atenderia o processo industrial que se intensificava nos grandes centros urbanos do país, na época. No entendimento do governo Vargas, existia a necessidade de investir capitais para dinamizar o processo de crescimento das regiões até então pouco desenvolvidas, bem como “unificar o mercado interno e garantir a diversificação da produção tanto agrícola, quanto industrial”, (LENHARO, 1985, p. 23). Portanto, a Marcha para o Oeste abriria o caminho para o progresso do país.

3. GOIÁS NO CAMINHO DA MARCHA PARA O OESTE

Todavia, em 1929, manteve contato com Antonio Carlos Ribeiro de Andrade, presidente de Minas Gerais e com o Antonio Siqueira Campos, que participavam da Aliança Liberal⁵. Com a derrota do partido nas eleições de março de 1930, teve início a preparação da revolta armada que deveria ser desencadeada em vários pontos de país. O movimento eclodiu no dia 3 de outubro, e já no dia seguinte Ludovico⁶ seguiu para Minas Gerais,

⁵ Coligação oposicionista de âmbito nacional formada no início de agosto de 1929 por iniciativa de líderes políticos de Minas Gerais e Rio Grande do Sul com o objetivo de apoiar as candidaturas de Getúlio Vargas e João Pessoa respectivamente à presidência e vice-presidência da República nas eleições de 1º de março de 1930.

⁶ Costa (2007) que Pedro Ludovico Teixeira graduou-se pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1916. Retornou a Goiás, começou a exercer a medicina aos 25 anos, iniciou seu trabalho para clinicar e atendeu também as cidades vizinhas. Nascido na cidade de Goiás, então capital do Estado de Goiás, em 23 de outubro de 1891, filho do médico João Teixeira Álvares e de Josefina Ludovico de Almeida. Seu pai era membro da Academia

a fim de juntar se aos revolucionários. Voltou com um grupo deles a Goiás, quando foi aprisionado pelas forças legalistas na entrada da cidade de Rio Verde, após um pequeno combate.

Em 24 de outubro de 1930 foi determinada a sua recondução para a Cidade de Goiás, mas durante o percurso veio a notícia da vitória da revolução. Assim, Pedro Ludovico chegou ao destino não mais como prisioneiro, mas para assumir a liderança de um movimento vitorioso e o Governo Provisório do Estado de Goiás.

Desta forma, em 4 de julho de 1932, na cidade de Bonfim (atual Silvânia), Pedro Ludovico fez a primeira declaração pública sobre a mudança da capital, levando a população local a envidar esforços no sentido de situar, na referida cidade, a futura capital. Se Pedro Ludovico precisava de um termômetro para medir as aspirações das cidades do interior goiano quanto à mudança da capital, talvez a câmara de vereadores de Bonfim tenha lhe dado mais do que apoio, pois ofereceram-lhe condições de acirrar os ânimos das regiões interessadas na mudança e de ocupar as páginas do dia na política regional. O apoio do sul e do sudoeste aflorou com a mesma rapidez dos anseios de mudanças na política econômica do Estado (CHAUL, 2009, p. 102).

Pedro Ludovico Teixeira direcionava seus ataques às deficiências e ao marasmo da cidade de Goiás. Os ataques à velha capital, porém, não atingiam apenas a “cidade decadente”, mas também o centro de poder dos grupos políticos depostos. Atacar Goiás era uma forma de atacar os Caiados, era uma maneira de atacar o núcleo de poder da Primeira República. Paralelamente, armava-se uma sintonia com os anseios econômicos dos grupos políticos do sul e do sudoeste do Estado (CHAUL, 2009, p.103).

Foi, portanto, o argumento do progresso que sustentou a mudança da capital. Justificava Pedro Ludovico Teixeira, em sua obra **Como e por que construí Goiânia**: “Como poderia dirigir e acionar o desenvolvimento do colossal território goiano, uma cidade como Goiás, isolada, trancada pela tradição e pelas próprias condições topográficas ao progresso” (1930, p. 54). Segundo o interventor, a marcha desenvolvimentista do Estado necessitava, assim, de uma “capital acessível, que irradiasse progresso e marchasse na vanguarda, coordenando a vida política e estimulando a econômica, ligada à maioria dos municípios por uma rede rodoviária planejada.” (CHAUL, 2009, p. 142). Goiânia simbolizaria o avesso do atraso e poderia retirar o Estado de sua atávica decadência, (CHAUL, 2009, p. 104).

De acordo com Machado (1990) a luta oposicionista em Goiás, até 1930, foi, inicialmente, contra os Caiados. A questão fundamental era o embate pelo poder político, uma vez que o grupo oligárquico dominante se perpetuava e barrava ou impedia o avanço das forças produtivas e oposicionistas, processo que ia de encontro aos interesses de um grupo de modernizadores, que constituíam uma fração da elite goiana, que emergiu no sul do estado.

Essa parte da elite goiana, os oposicionistas, rejeitou alianças com o governo federal e se articulou aos líderes da Aliança Liberal, defendendo, através de um forte conteúdo moralizante, expressões como “regeneração política”, “justiça para todos”, dentre outros a formar um agrupamento de voluntariados. Assim,

Pedro Ludovico reuniu um grupo de 120 voluntários de Goiás e Triângulo Mineiro com a intenção de invadir o sudoeste goiano. Perto de Rio Verde, Pedro Ludovico, foi preso pelas tropas caiadistas (4 de outubro de 1930), sendo solto logo que chegou a notícia em Goiás da vitória da revolução. O objetivo político do Governo de Pedro Ludovico era impulsionar a ocupação do Estado de Goiás, direcionando os excedentes populacionais para os espaços demográficos vazios na tentativa de aumentar a produção econômica, (MACHADO, 1990, p. 119).

De acordo com Machado (1990) quando apoiadores de Pedro Ludovico chegam ao poder em Goiás, ainda orientados pela ideologia revolucionária, tentam conciliar teoria e prática, e o discurso se transforma quando recebem apoio do governo getulista que os tratam como agentes da mudança capazes de conduzir Goiás aos eixos da modernidade a romperem com os ideais de atraso e conservadorismo embutidos, na visão da autora, com a Cidade de Goiás.

Para a nossa análise vale ressaltar que Machado (1990), por pertencer à família de Pedro Ludovico Teixeira, constrói em sua narrativa uma representação através de discursos que o engrandecem e assevera que o mesmo fez do progresso a sua meta fundamental. Vejamos as palavras de Ludovico citadas por Machado:

Nacional de Medicina. Realizou estudos básicos na Escola de mestra Nhola e no Liceu de Goiás, a embarcar depois para o Rio de Janeiro, então Distrito Federal, a fim de estudar engenharia na Escola Politécnica. Entretanto, frequentou este curso apenas durante uma semana, pois a presença mínima exigida o impedia de trabalhar. Transferiu-se então para a Faculdade de Medicina, pela qual se formou. Retornou a Goiás em março de 1916, e fixou residência em Bela Vista, onde iniciou a clinica. Em 1917 mudou-se para Rio Verde e no ano seguinte casou-se com Gercina Borges Teixeira, filha de Antonio Martins Borges, senador, fazendeiro e comerciante. Em 1919, foi um dos fundadores do jornal O Sudoeste, iniciando através dele o combate ao situacionismo estadual – na época representada pela família Caiado, mantendo uma franca oposição ao Governo.

Combatendo, dia a dia, a rotina estacionária, vamos infiltrando no seio do povo e das administrações as ideias de progresso, consubstanciando-as em atos concretos que servem de exemplo, trazendo alguns resultados imediatos. As formidáveis reservas naturais de que Goiás é dotado, dão a quem o dirige a esperança de dentro de tempo não muito remoto, ver este estado situado economicamente entre os primeiros do Brasil (MACHADO, 1990, p. 121).

Machado afirma que Pedro Ludovico via o desenvolvimento de Goiás acontecendo como algo lento e gradual. Para romper esta brandura, seria cabível, na visão de Ludovico Teixeira, a superação do atraso e a incrementação de novos meios de comunicação, que possibilitaria a integração do estado aos centros desenvolvidos do país. Como disse o interventor de Goiás: “Só haverá mudança se ocorrer uma superação da mentalidade retrógrada que barra o caminho do estado em direção a seu destino”, (Pedro Ludovico Teixeira a Getúlio – relatórios 30/33, p. 4).

Neste contexto, o presidente, Getúlio Vargas, a convite do governador de Goiás, Pedro Ludovico, fez um longo sobrevôo na região do Araguaia. Ao ver uma vastidão de florestas cortadas por rios imensos, concluiu: “É o branco do Brasil Central”. Para mudar essa realidade, o presidente encarregou o ministro da Coordenação de Mobilização Econômica, João Alberto Lins de Barros, para promover a interiorização do Brasil. Assim nasceu a Fundação Brasil Central (FBC). Em seguida, foi anunciada a criação da Expedição Roncador Xingu, cujo objetivo era ser ponta de lança do avanço progressista, com a função de mapear o centro do país e abrir caminhos que ligassem a região ao resto do país, (ZARUR; PILI; IVO & BORGES, 2004, p. 28).

O projeto Marcha para o Oeste foi desenvolvido na véspera de 1938, e nas palavras de Vargas a Marcha incorporou o verdadeiro sentido de brasilidade. Para a formação da Colônia Agrícola Nacional de Goiás, de acordo com Dutra e Silva (2002, p. 12), “Getúlio Vargas designou Bernardo Sayão⁷, o agrônomo carioca, para administrar a primeira colônia Agrícola do Brasil, sintonizada com o discurso do heroísmo do bandeirante”. Contudo, Davidoff (1982) salienta o imaginário do bandeirante despertado na população brasileira perante as colônias agrícolas nacionais “é um bandeirismo obrigatório, que se impõe pelas dimensões territoriais brasileiras e em função do expansionismo interno”, (DAVIDOFF, 1982, p. 87).

Com a implantação da Colônia Agrícola Nacional de Goiás, sua respectiva área passou a necessitar de constantes investimentos federais nas margens do Rio das Almas e a atrair levas de migrantes. Todavia, para o estudo das terras da CANG é válido citar a mudança da capital do estado de Goiás, pois há uma simbolização de rompimento do atraso versus o progresso.

A cidade de Goiânia pôde assim, ser encarada como a imaginação e a representação utópica da época. Perspectiva de uma nova vida, de um novo tempo, ideologicamente disseminado pela Revolução de 30. Esperança de dias melhores, de ruptura com o passado, de sonho a ser conquistado, enfim, de concretização de um projeto político. A velha Goiás representava o exemplo de como não devia ser uma capital. A cidade de “Goiás Velha”, por meio da representação criada pelo governo de Teixeira, passou a ser vista como a antítese dos novos tempos, o “buraco do sertão goiano”, “paciente em fase terminal”. A velha Goiás estava velha demais para uma plástica eficiente. Suas rugas no espelho do tempo serviam de demonstração não valorativa. Goiânia foi a representação do progresso e do desenvolvimento, (CHAUL, 2009, p. 105).

Assim, Goiânia pode ser considerada criação do Estado Novo, uma vez que a construção e, principalmente, a transferência da capital dependeram basicamente do regime instaurado em 1930, que culminou na ordem imposta por Vargas em 1937. Para o regime que se instaurava, o inverso era também verdadeiro, Goiânia era a representação maior do nacionalismo, do bandeirantismo, da sagacidade do brasileiro, termos cantados e decantados pelos ideólogos do estadonovismo, (CHAUL, 2009, p. 104).

Machado (1990), ao fazer uso de um discurso laudatório afirma que Ludovico via a antiga capital de Goiás (atualmente Cidade de Goiás) como um local impróprio e inóspito ao desenvolvimento administrativo, político e econômico do território goiano. A cidade, no seu ponto de vista, era insalubre e impossível de realizar uma reforma que conciliasse uma melhor visão da antiga capital. Devido a sua localização geográfica, nem indústrias poderiam instalar-se, uma vez que a capital era cercada de serras, a Serra Dourada.

Conforme Machado (1990), Pedro Ludovico, em uma visita a cidade de Campinas-Go, decidiu o local a ser edificado a futura capital de Goiás. Em dezembro de 1932 foi decretada a mudança da sede do governo para

⁷ Nascido no dia 18 de junho de 1901, no Rio de Janeiro. Tornou-se engenheiro agrônomo em 1923. Em 1941 foi escolhido por Vargas para dirigir e administrar a Colônia Agrícola Nacional de Goiás, trazendo sua família e fixando residência onde é hoje o município de Ceres. Em 1954 foi vice governador de Goiás. Em 1956 foi escolhido por Juscelino Kubitschek para ser presidente da NOVACAP (Companhia Urbanizadora da Nova Capital) e, em 1958, iniciou a construção da Belém-Brasília, BR153. No dia 15 de Janeiro de 1959, uma árvore caiu sobre sua barraca, o ferindo gravemente, levando-o a morte.

um local próximo a cidade de Anápolis, que receberia em breve a estrada de Ferro de Goiás. Esta mudança foi determinada levando-se em conta motivos administrativos e econômicos. Em 1933 o projeto do engenheiro Atilio Correia Lima e do urbanista Armando de Godói foi posto em prática e iniciou-se a construção da capital Goiânia, nome este escolhido por um jornal **O Social**⁸. Em 1937, com a conclusão dos principais edifícios públicos e algumas casas de moradia na cidade, foi decretada a transferência da capital, que recebeu o seu batismo cultural no ano de 1942. É válido ressaltar que Goiânia foi planejada para receber até o ano de 2000 cinquenta mil habitantes, número este ultrapassado, uma vez que, segundo dados do IBGE (ano desse censo), em 2006 a capital já tinha 1.220.412 habitantes.

No artigo **Processo de Emancipação de Ipiranga de Goiás de 1968 a 2000** Amâncio (2008) assevera que Ludovico foi um interventor de Goiás mantido na fase do Estado Novo que se tornou carismático. Assim,

adotando a perspectiva weberiana sobre o carisma, que significa que ele provou sua missão, a autora Teixeira Machado afirma que Pedro Ludovico foi um governante carismático, pois “a História construída com sua participação, superou, aos olhos de seus contemporâneos, o tempo que a antecedeu e a condicionou”, (1990, p. 124). Na verdade, o carisma do interventor se fortalece com o advento do Estado Novo, pois Getúlio Vargas estabelece continuidade mantendo-o na interventoria, que se estendeu até 1945 (AMÂNCIO, 2008, p. 13).

Palacin (1994) e Moraes (2000) afirmam que as principais medidas adotadas por Pedro Ludovico Teixeira nos anos de sua interventoria (1930-1945) foram: a mudança da capital, ocorrida em 1937; a construção de estradas internas que ligam a região de São Paulo e Minas Gerais; a reforma agrária distorcida, sem pôr fim aos latifúndios, uma vez que só foram distribuídas terras desocupadas, ou seja, que não tinham proprietários; e a Marcha para o Oeste em que a Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG) é o seu exemplo mais relevante. Este assunto será melhor abordado no próximo capítulo.

Para desenvolver a região Centro-Oeste e o Oeste de Goiás, especificamente, o governo de Getúlio Vargas, com total parceria de Pedro Ludovico Teixeira, decidiu criar a Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG), que foi fundada em 1942, na região da Mata do São Patrício⁹. Silva (2002, p. 75) comenta que a demarcação da fronteira separava dois mundos sociais distintos. Em direção norte, a margem direita do rio, era localizada a CANG, fruto de uma ocupação oficial, contemporânea de um determinado discurso de colonização, com uma população assentada nos lotes doados pelo governo federal, e recebendo, auxílio financeiro e burocrático para o desenvolvimento da região. Já a margem direita, era localizada a Barranca¹⁰, que se configura como uma nova demarcação social, uma outra fronteira, um novo limite. A Barranca surgiu de forma espontânea à margem da ocupação oficial, constituindo uma nova fronteira, resultante da forma distinta de ocupação que se procedeu naquele espaço.

Pertinente a Colônia Agrícola Nacional de Goiás¹¹ (CANG), criada pelo decreto nº 6.882, de 19 de fevereiro de 1941, “Getúlio Vargas designou Bernardo Sayão Carvalho de Araújo, o agrônomo carioca, para

⁸ O nome ‘Goiânia’ foi escolhido através de um concurso criado pelo jornal *O Social* cujo vencedor foi o professor Alfredo de Castro, que atendia pelo pseudônimo de Caramuru. O nome Goiânia foi utilizado pela primeira vez em 2 de agosto de 1935.

13. A região da Mata do São Patrício compreende atualmente as cidades de Ceres, Jaraguá e outras da região centro-oeste de Goiás. Este nome se deve ao Rio São Patrício na região. Essa denominação foi dada em 1733 por dois frades franciscanos portugueses (João de Jesus e Maria/Domingos Santiago), que moravam em Pirenópolis. Contudo, é aceitável aos clérigos franciscanos que tanto o rio como a região receberam este nome devido a um seminário jesuítico em Portugal sob o patrocínio de São Patrício, no período em que as “Leis Penais” estavam sendo aplicadas na Irlanda pelos ingleses, forçando muitos católicos a estudarem fora da Irlanda, indo muitos desses estudantes para Portugal, que os acolhiam (SILVA, 2002, p. 73).

¹⁰ Barranca é o antigo nome dado aos núcleos comerciais e administrativos, tanto do lado de Ceres quanto do lado de Rialma. Posteriormente, o nome de Barranca ficou ligado ao que é hoje o município de Rialma. O termo passou a ser utilizado de forma pejorativa, como se Barranca designasse falta de ordem.

¹¹ As terras da Mata do São Patrício, segundo Nair Leal de Andrade (2003) e Sandro Dutra e Silva (2002) já pertenciam a dois filhos de alemães, Freimund e Helmuth Brockes. Chegaram a criar gado na região na década de 1920. Quando Sayão veio para esta região, tentou-se um acordo com os Brockes. Contudo, em 1955/56, a questão foi solucionada na justiça, com a indenização dos Brockes.

administrar a primeira colônia Agrícola do Brasil, sintonizada com o discurso do heroísmo do bandeirante” (SILVA, 2002, p. 12).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Getúlio Vargas fez uso do mito político para se manter como um representante presente na política brasileira a utilizar-se de discursos e de símbolos que o enalteciam. Ademais, o projeto marcha para o oeste ocupação, povoamento e colonização se estabeleceu com as dificuldades de acesso, locomoção, adaptação e terras desconhecidas. Contudo, os povoadores se mesclaram através das redes socioculturais e deram origem a inserção destas zonas territoriais ao Brasil, até então, predominantemente, litorâneo.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, Maria Amélia Garcia de. **Estrutura Fundiária em Goiás**. Goiânia: UCG, 1994.
- AMÂNCIO, D. **Processo de emancipação de Ipiranga de Goiás**. Dissertação da FACER. 2008.
- ANDRADE, Nair Leal de. **História e História da CANG: meu rincão por adoção**. Goiânia: Kelps, 1990.
- BERTRAN, P. **Uma Introdução à História econômica do Centro-Oeste do Brasil**. Brasília: CODEPLAN, Goiás: UCG, 1998.
- BESKOW, Gabriela Carames. Marchando para Oeste: **Discursos sobre as políticas Varguistas de integração nacional**. Rio de Janeiro: Campinas, 2007.
- BOBBIO, Norberto. **Dicionário de política**. Tradução de Carmem Varriale *et al.* 5. ed. Brasília: UnB, 1998.
- BORGES, Barsanufu Gomides. **Goiás nos Quadros da Economia Nacional: 1930-1960**. Goiânia: UFG, 2000.
- BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- CAPELATO, Maria Helena. **Multidões em Cena: propaganda política no varguismo e peronismo**. Campinas: Papirus; São Paulo: FAPESP, 1990.
- CHAUL, Nasr Fayad. **A Construção de Goiânia e a Transferência da Capital**. Goiânia: UFG, 1889.
- _____. **Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade**. Goiânia: UFG, 2002.
- _____. Marchas para o Oeste. In: SILVA, Luiz Sérgio Duarte da (org.). **Relação cidade campo: fronteiras**. Goiânia: UFG, 2009.
- D'ARAUJO, V. **A força histórica de uma experiência moderna**. Belo Horizonte: Secretaria de Cultura, 1997.
- DAVIDOFF, Carlos Henrique. **Bandeirantismo: verso e reverso**. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- DAYRELL, E. G. **Colônia Agrícola Nacional de Goiás: análise de uma política de colonização**. Dissertação de Mestrado (Instituto de Ciências Humanas e Letras da UFG). Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 1974.
- GARCIA, A. As fontes orais na pesquisa histórica: uma contribuição ao debate. **Revista Brasileira de História: memória, história, historiografia**, São Paulo. v. 13, n. 25/26. p. 33-54. set./ago. 1982.
- _____. **O Estado Novo: ideologia e propaganda política**. São Paulo: Edições Loyola, 2010.
- GARFIELD, J.; COLLEGE, F. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Hucitec, 2000.
- GARRIDO, Joan del Alcazar. As fontes orais na pesquisa histórica: uma contribuição ao debate. In: **Revista Brasileira de História: memória, história, historiografia**, São Paulo. v. 13, n. 25/26. p. 33-54, set./ago. 1993.

GIRARDET, Raoul. **Mitos e mitologias políticas**. São Paulo: Companhia das letras, 1987.

GOMES, H; TEIXEIRA NETO, A; BARBOSA, A. S. **Geografia: Goiás/ Tocantins**. 2. ed. Goiânia: UFG, 2012.

LENHARO, Alcir. **Colonização e trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste**. Campinas: UNICAMP, 1985.

MACHADO, I. C. **O outro Lado da Colônia: contradições e forma de resistência popular na Colônia Agrícola de Goiás** (Dissertação de Mestrado). Brasília: UNB, 1990.

OLIVEIRA, Benícia Couto de. **A política de colonização do Estado Novo em Mato Grosso (1937-1945)**. 1999. 255 f. Dissertação (Mestrado em História). UNESP, Assis.

SILVA, Sandro Dutra e. **No Oeste, a Terra e o Céu: a construção simbólica da colônia agrícola nacional de Goiás** (Dissertação de Mestrado). Goiânia: UFG, 2002.

ZARUR, André; PILI, A. Carlos; IVO, D. Marcos; BORGES, Edson. **Seduzidos pela Memória**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2004.

ENTREVISTAS

Agelino Divino da Silva, 89 anos, nasceu em Patos, MG. Não se recorda da data em que chegou na CANG.

Augusto Colodino da Costa, 78 anos, nasceu em Patos, MG. Chegou na CANG na década de 1957.

Isaura Maria da Silva, 75 anos, nasceu em Ibatê, MG. Chegou na CANG em 1943, acompanhada de seus familiares.

Ivone Barbosa de Oliveira, 63 anos, nasceu em Boa Esperança, MG. Chegou na CANG ano de 1951.

Jesus Ribeiro da Silva, 81 anos, nasceu em Cachoeira, MG. Veio para a CANG no ano de 1942.

João José Luis, 87 anos, nasceu em Santo Antônio do Monte, MG. Chegou na CANG no dia 29 de Junho de 1957.
Manoel Vaz da Silva, 81 anos em Cabeceira Grande onde era Minas Gerais e hoje é território goiano. Chegou na CANG na década de 1950.

Maria de Costa Andrade, 86 anos, nasceu em Tiros, MG. Chegou em Ceres em 1943.

Oswaldo Agripino de Oliveira, 83 anos, nasceu em Tiros, MG. Chegou na CANG em 1950.

Raçolina Nunes, 81 anos, nasceu em Boa Esperança, MG. Veio para a CANG acompanhada de seu esposo na década de 1950.

Sebastião Paulo da Silva, 52 anos, nasceu em Ceres, GO. Mora em Ipiranga desde quando nasceu.

Vicente Martins, 68 anos, nasceu em Cristais, MG. Veio para a CANG em 1965.

MÉTODOS DE PREPARAÇÃO PARA O ENADE NO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

Luiz Carlos Ramos da Silva¹²
Lucas Henrique dos Santos Vieira¹³

RESUMO

A presente pesquisa teve por objetivo analisar os métodos preparatórios para o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) e comprometimento dos discentes em uma Instituição de Ensino Superior (IES) da cidade de Anápolis. Sabendo da importância desta avaliação para a validação e credibilidade do curso de Administração desta faculdade, o mesmo tem alguns pontos identificados como possibilidades de melhoria, a fim de envolver não só a instituição e seu corpo docente, mas também seus discentes que fazem a avaliação. Este trabalho tem relevância na identificação, análise e reflexão acerca dos métodos utilizados no ambiente acadêmico pesquisado. Baseando-se em bibliografia existente, as abordagens utilizadas foram: qualitativa, compreendendo análises da coordenação do curso; e quantitativa, compreendendo concordância ou discordância dos docentes em relação à coordenação, traçando um paralelo entre as respostas. Através da análise dos dados obtidos, foi revelada uma preocupação em comum acerca da estrutura e dos critérios que compõem o ENADE.

Palavras-chave: ; Avaliação; ENADE; Métodos Preparatórios.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa aborda o universo de docentes de nível superior no curso de Administração em uma Instituição de Ensino (IES) na cidade de Anápolis, bem como o coordenador do curso em questão. A temática de interesse central é a preparação dos discentes para o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE).

Instituições de ensino são lugares de grande concentração de alunos, os quais tem em comum a busca por melhor colocação profissional a partir da formação superior. Trata-se de um contexto de constante avaliação em todos seus níveis: a partir de provas bimestrais que dão ao acadêmico o respaldo para superar as etapas predefinidas no plano de curso; a partir de avaliação docente, exigindo assim um nível profissional mínimo para que as aulas sejam ministradas; ou a partir de avaliação institucional proveniente de Políticas Públicas Educacionais, que alicerçam o cenário da educação e trazem mecanismos de avaliação dos cursos, podendo mantê-los em funcionamento, sugerindo melhorias ou até mesmo impossibilitando-os de dar continuidade em caso de resultados avaliativos negativos.

Considera-se ainda que, no quesito de avaliação dos cursos, as instituições tendem a buscar ininterruptamente as melhores notas possíveis para os cursos que oferecem; o que se torna um diferencial competitivo às faculdades, além de trazer segurança ao discente, bem como credibilidade ao seu diploma. Especificando este cenário a uma das etapas avaliativas, a prova do ENADE, ocorre o fato de que o principal operador para que a nota se eleve é o aluno, uma vez que o mesmo a realiza baseada, a priori, pelos conhecimentos adquiridos em sala de aula.

Dessa forma, os principais articuladores do desempenho do discente na prova do ENADE são as próprias instituições de ensino, as quais possivelmente tendem a proporcionar métodos preparatórios que vão além do contexto da sala de aula. Nesse sentido a pesquisa busca cobrir uma parte teórica e de conhecimento que inexistem consideravelmente em livros e artigos. Portanto, este estudo deverá auxiliar acadêmicos e profissionais da educação, ao propor uma análise no curso de Administração, sobre conhecimentos específicos quanto à preparação dos alunos para o ENADE, se ela é específica e planejada ou contingencial, bem como os motivos pelos quais são feitas utilizando determinado método. A presente monografia é uma colaboração, a princípio modesta, à ciência, especificamente à educação voltada à área da Administração.

Para levantamento dos dados nesta monografia analisados, foi utilizada abordagem mista (qualitativa e quantitativa), onde a partir de respostas às perguntas abertas, por parte da coordenação de um curso de

¹² Graduado em Administração e Especialista em Docência Universitária. Professor na área de gestão no Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial e pela rede estadual de ensino;

¹³ Graduado em Administração, Especialista em Docência Universitária e professor pela rede estadual de ensino.

Administração em uma IES de Anápolis, foi traçado um paralelo de concordância em um questionário quantitativo aplicado aos docentes da mesma faculdade.

Como objetivo fundamental, tem-se a finalidade de identificar os métodos utilizados por uma IES de Anápolis/GO, para preparar os discentes do curso de Administração para a prova do ENADE, bem como entender qual o método que a mesma julga como mais eficiente e a concordância ou não da metodologia avaliativa do exame. Assim, deseja-se levantar dados que sejam relevantes para uma compreensão profunda, sob a ótica do próprio articulador, quanto aos métodos em questão. E será abordado de maneira específica:

- Entender o posicionamento da instituição de ensino quanto à forma preparatória mais eficiente para os discentes do curso de Administração que devem fazer a prova do ENADE;
- Identificar os métodos utilizados pela faculdade, na preparação dos discentes do curso de Administração, para fazerem a prova do ENADE;
- Entender o nível de concordância da IES perante a metodologia utilizada pelo Ministério da Educação (MEC) para elaboração e aplicação da prova do ENADE.
- Verificar a preocupação da coordenação e dos docentes referente ao aproveitamento dos discentes no exame.

Teve-se como preocupação de pesquisa responder uma inquietação dos alunos-pesquisadores: Qual a preocupação da Faculdade, quanto à preparação e consequente aproveitamento dos discentes no ENADE? O levantamento de dados, norteado por esta pergunta, originou o conjunto de informações disponíveis no presente artigo.

1. REFERENCIAL TEÓRICO

Ao pensar em métodos de ensino é indispensável que se tenha responsabilidade com a qualidade metodológica. Demo (2002, p. 359) aborda que esta qualidade é caracterizada pelo cuidado presente na reflexão e prática do conhecimento, tanto no sentido pessoal, quanto no intersubjetivo. Estabelecendo tal qualidade, sendo necessária uma abordagem crítica e autocrítica perante os métodos utilizados na construção do ensino. Este referencial contextualiza de um modo direto os métodos preparatórios já utilizados para o ENADE, a partir de definições prévias da educação superior no Brasil de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/96), apresentando também como o exame é aplicado nos cursos de Administração.

1.1. Educação superior no Brasil à luz da lei de diretrizes e bases da educação (Lei nº 9.394/96)

Abordar a educação no Brasil parte de um precedente histórico, o qual denota mudanças na legislação, principalmente quando se aborda as alterações referentes à Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). Contudo, apesar das normativas inerentes à lei, existe uma dicotomia entre o mundo vivido nas IES e o mundo oficial abordado na LDB.

De acordo com Brzezinski (2010, p. 187), existem dois mundos bem definidos: o do sistema e o real. No mundo do sistema, a autora aborda que se baseando em princípios, políticas e práticas neoliberais, eleva a globalização, entendendo que isso é sinal de desenvolvimento sustentável, de modernidade, de qualidade de vida, reafirmando parcerias internacionais que na verdade são impalpáveis. Do outro lado, o mundo real é constituído pela luta dos educadores, para resistir e tentar alterar práticas autoritárias de políticas educacionais, as quais abordam interesses de quem detém o poder econômico e político. Ainda no mundo vivido, a autora expõe o fato de que é nele que há a prática da defesa da cidadania contra os golpes desferidos pelo mundo oficial.

É evidente a dualidade de mundos presentes no ensino, pois independente do perfil particular de cada instituição, não se dispensa os fins normativos que devem ser seguidos. Trazendo especificamente ao ensino superior percebem-se finalidades gerais na LDB, que devem ser aplicadas de forma concreta, as quais pode-se citar as principais: estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico, formar diplomados nas diferentes áreas do conhecimento, incentivar o trabalho de pesquisa e promover a divulgação de conhecimentos (BRASIL, 1996).

É notório assim, um excerto da parte oficial da educação superior, a essência do ensino, aquilo que por fim deve estar evidente na realidade. Existem colocações específicas normativas que condizem com a realidade, como aborda Ghiraldelli Jr. (2009, p. 172), ao expor que a legislação fixa o dever de cada professor dedicar-se no mínimo a oito horas semanais de aula, equilibrando seus afazeres na universidade.

Assim, existem ações concretas baseadas em dispositivos legais que dispensam o teor dúbio entre realidade e normativo. Porém as IES, de acordo com o seu perfil, tendem a dispensar equivocadamente premissas presentes nas normativas. Isso, de acordo com Brzezinski (2010, p. 187) não deve ser percebido como uma falha legal ou um panorama inatingível, mas sim um ponto de ampliação da lei, para que o suporte a estas instituições de ensino esteja previsto e se possa almejar.

1.2. ENADE: histórico e apresentação da ferramenta

O sistema de avaliação dos cursos superiores e dos agentes mediadores do ensino vem crescendo constantemente, não só pelo Brasil, mas pelo mundo, ganhando relevância maior e, sobretudo no Brasil, uma importância que é contestada por alguns, bem como justa e válida para outros.

Billing (2004) citado por Verhine, Dantas e Soares (2006, p. 293-294) expõe que esse modelo de avaliação começou a se destacar na década de 80 em amplitude internacional, combinando autoavaliação e avaliação externa. O modelo não foi caracterizado com uniformidade em sua realização, variando de local para local, mas entre os mais de 40 países com literatura disponível para tal, apenas o Brasil adotou caráter obrigatório na realização destas avaliações.

No Brasil, o sistema atual de avaliação, que estrutura e avalia o ensino superior no país, é o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), que contempla instrumentos avaliativos específicos, entre eles o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), que avalia as faculdades nos cursos de graduação, sendo de cunho obrigatório a participação destas instituições neste processo periódico de avaliações.

Partindo dos primórdios do sistema de avaliação no ensino superior, Sant'Anna e Veras (1997) citadas por Batista (2014, p. 16) expõem que em dezembro de 1993 foi criado o Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB), convidando as universidades a participar através de edital, o que seria uma adesão voluntária.

O programa, porém teve pouco tempo de duração devido à interrupção de apoio do Ministério da Educação (MEC), adquirindo caráter apenas de avaliação interna. Foi então substituído pelo Exame Nacional de Cursos (ENC) que apresentava maior amplitude e era voltado para o resultado (SANT'ANNA; VERAS, 1997 *apud* BATISTA, 2014, p. 16).

O ENC, vulgo 'Provão', foi instituído em 1995 a partir da sanção da Lei 9.131, pelo presidente Fernando Henrique Cardoso. Segundo o SINAES (2003, p. 14) citado por Batista (2014, p. 24) este exame apresentava características com foco nos resultados, produtividade e eficiência, enquanto o PAIUB tinha características mais voltadas para a totalidade, processo e missão da instituição perante a sociedade, ou seja, o ENC objetivava o monitoramento de desempenhos perante os padrões estabelecidos e a prestação de contas.

Após várias contestações e conflitos refletidos pelos membros de comunidades acadêmicas e especialistas em avaliação nesta existência do ENC, em 2003, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva formou uma comissão que objetivava a discussão de ideias e sugestões para alterar substancialmente o sistema avaliativo brasileiro, daí surgindo o SINAES, que foi oficializado legalmente em abril de 2004 (VERHINE; DANTAS; SOARES, 2006, p. 293).

A partir disso, Paiva (2008, p. 33) expõe o surgimento do ENADE, tido como uma das parcelas do SINAES; parcela esta que se refere à avaliação dos estudantes de ensino superior, apresentando inovações em relação ao ENC, assim visando o acompanhamento gradativo e periódico dos estudantes em seu aprendizado adquirido no universo acadêmico.

Para cada ano, o ENADE contempla determinadas áreas a serem avaliadas, ao passo que, há um período de três em três anos para que se faça outra avaliação relacionada a um determinado curso. Exemplos: Administração, Bacharelado – avaliações realizadas até o presente momento em 2006, 2009, 2012, 2015; Agronomia, Bacharelado – avaliações realizadas até o presente momento em 2004, 2007, 2010, 2013.

De acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP (2012, p. 7):

O Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) é um dos procedimentos de avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes). O Enade é realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), autarquia vinculada ao Ministério da Educação (MEC), segundo diretrizes estabelecidas pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes), órgão colegiado de coordenação e supervisão do Sinaes.

Em relação aos participantes e a obrigatoriedade da participação no processo, o INEP (2015, p. 5) afirma:

O Enade é componente curricular obrigatório dos cursos de graduação, conforme determina a Lei do SINAES (nº. 10.861/2004). De acordo com a legislação, devem ser inscritos no Exame estudantes de todos os cursos de graduação, durante o primeiro (ingressantes) e último (concluintes) ano do curso. É importante destacar que no

histórico escolar do estudante fica registrada a situação de regularidade em relação a essa obrigação. Ou seja, ficará atestada sua efetiva participação ou, quando for o caso, a dispensa oficial pelo Ministério da Educação (MEC), na forma estabelecida em regulamento.

Diante disso, nota-se que o sistema avaliativo no ensino superior vem galgando alguns passos quando se fala em promover tal avaliação periodicamente, ganhando uma atenção maior por parte dos acadêmicos, dos profissionais da educação, além dos meios de comunicação, sobretudo em relação à obrigatoriedade mencionada pelo INEP (2015, p. 5). Estas vertentes se voltam para a reflexão da qualidade da educação brasileira no ensino superior, verificando as capacitações e conhecimentos que um concluinte teria perante o mercado de trabalho que o aguardasse, contemplando se o plano de curso estaria sendo eficaz e colaborando com o desenvolvimento do aluno como acadêmico e como profissional.

1.3. ENADE e os cursos de Administração

Na relação entre aluno e professor, a respeito da forma como o conteúdo é transmitido em sala de aula, os questionamentos e contestações são frequentes, haja vista que é de suma importância que o docente tenha conhecimentos específicos e vivências em determinada área que leciona para o discente, mas, para isso, é necessário que as IES tenham uma programação pedagógica ajustada de acordo com a realidade contemporânea, acompanhando eventuais atualizações e oferecendo um estudo de qualidade a todos os alunos, baseando a preparação para o ENADE em provas anteriores do mesmo e que, o conteúdo contido nestas provas seja utilizado e embasado por professores em seus planos de aula e ementas atuais ou futuras. Esta preparação precisa ocorrer ao longo do semestre inteiro, não apenas às vésperas da avaliação (RAMOS, 2011, p. 22).

Partindo do que o autor expõe, a preparação para o ENADE nos cursos de Administração deve ocorrer de forma planejada, sensata e principalmente eficaz, ao passo que o aluno só absorve de forma significativa se for estimulado de alguma forma pelo professor que o ensina, acompanha e orienta. Obviamente quem aprende necessita de senso crítico e percepções próprias para construir, adequar e solidificar aquilo que foi passado por quem ensina, porém, a primeira ação para que se tenha o processo de melhoria contínua nas ementas baseadas em diretrizes, parte dos órgãos e instituições educacionais que deem a devida importância ao exame, sem deixar a preparação para a última hora ou realizá-la de forma defasada e inconstante.

A importância de valorizar o conteúdo aprendido em sala de aula se denota de forma clara, ao passo que o ENADE afere o nivelamento dos alunos em seu conhecimento específico acerca do curso estudado, logo, a grade curricular de Administração precisa ser moldada e trabalhada de modo otimizado, qualificado, confiável e principalmente dinâmico. Não adianta apenas transmitir o conteúdo programado, é preciso transmitir o conhecimento, as experiências e as situações de modo prático, conforme os exercícios da profissão requerem em um mercado de trabalho cada vez mais concorrido e exigente.

1.4. Métodos preparatórios para o ENADE

A preparação para que o discente tenha desempenho relevante no ENADE é responsabilidade das IES. Porém, existem divergências quanto às formas de preparação, pois a intenção do exame é demonstrar como vem sendo o ensino baseado na matriz curricular dos cursos no decorrer da graduação. Outros métodos contingenciais ou mesmo previstos dentro de um programa de reforço existem cada vez mais nas IES. Demo (2002, p. 359) ao afirmar que os métodos devem passar por uma abordagem planejada e crítica antes de serem aplicados, levanta a questão da qualidade metodológica como fundamento básico de uma aprendizagem significativa. Dessa forma os métodos contingenciais (métodos geralmente não planejados) tendem a ser uma alternativa precipitada pensando na real função do ENADE de avaliar o conhecimento adquirido pelos acadêmicos.

Os mecanismos de preparação para o ENADE podem ser genéricos ou específicos. Diante disso, Arnt (2014, p. 3-4) apresenta que pode ser feita uma conscientização dos alunos, no início do ano letivo, sobre a importância do exame, solicitando o comprometimento de cada um, pois o resultado influencia em sua formação. É uma visão geral, que é afunilada ao passo que os alunos inscritos devem ser convidados a participar de mecanismos com a finalidade de orientar e esclarecer sobre os aspectos gerais do exame.

Conforme citado anteriormente, a questão da qualidade metodológica deve estar presente no momento da preparação, uma vez que o progresso econômico-social gera um cenário propulsor à articulação da finalidade lucrativa. Conforme aborda Fernandes (1990, p. 143), com uma visão econômica do ensino as probabilidades de êxito são relativas, pois o foco pode deixar de ser a condição cognitiva do discente, dando lugar ao crescimento do lucro privado. Assim, fica optativo às instituições de ensino o foco que pretendem dar, de forma que se caso ele esteja no crescimento financeiro, automaticamente a preparação estará comprometida.

Oferecer reforço em dias alternativos para fortalecer o processo ensino-aprendizagem, pode ser visualizado em duas vertentes: a contingencial quando ocorre apenas previamente ao ENADE, caracterizando assim a preparação; ou curricular quando previsto na matriz do curso. Arnt (2014, p. 5) caracteriza assim os chamados "aulões", com a presença de todos os alunos inscritos no exame, onde os professores abordam conteúdos na modalidade de revisão. Dessa forma, evidencia-se a preparação complementar, o que acaba por identificar a insuficiência do que foi abordado durante o curso.

Percebe-se que os métodos utilizados para preparação, são facultativos a cada instituição de ensino superior. Neste ponto, a abordagem recai na legalidade da construção de métodos contingenciais para a preparação dos alunos para o ENADE. Saviani (2010, p. 14) denota que a educação assistemática não é objeto de legislação específica. Entendemos, portanto, o ensino assistemático como aquele não amparado por normas pré-determinadas (PCN por ex.), o que não explicita uma característica legal ou ilegal para os mesmos. Ou seja, a preparação contingencial para o ENADE é assistemática, competindo a cada instituição de ensino utilizar os métodos que julgar apropriados. Um contraponto a esta ideia é o fato de que o ENADE avalia o curso, contemplando o planejamento e ensino aplicado no dia a dia.

Desse modo, cabe ressaltar que a preparação para o ENADE é necessária, desde que programada nos semestres letivos, não oferecendo ônus temporal ao estudante. Apesar de ser assistemática, a preparação não deve ferir o aproveitamento dos estudantes e o real resultado do exame. Assim, também no ENADE, torna-se perceptível a existência de um mundo real e outro legal, pois observa-se uma dicotomia entre o que de fato é aprendido, e o que é cobrado no ENADE. Isso aponta para um excesso de rigor do exame ou para uma insuficiência da relação ensino-aprendizagem das IES (BRZEZINSKI, 2010, p. 188).

2. MÉTODO

Para se entender de que forma os discentes são preparados para o ENADE, em uma IES no curso de Administração na cidade de Anápolis/GO, foi utilizada abordagem mista (quantitativo-qualitativa), privilegiando-se respostas abertas de um coordenador quanto aos métodos utilizados e percepções acerca do tema, bem como aproveitamento de respostas fechadas de professores.

A instituição pesquisada não terá seu nome divulgado por motivos éticos e de neutralidade de dados. Os profissionais pesquisados foram professores (levantamento de dados quantitativos) e o coordenador do curso (levantamento de dados qualitativos). A visita para pesquisa qualitativa junto ao coordenador foi agendada previamente, sendo assim efetuada a realização da coleta de dados de acordo com a disponibilidade de horário. As informações foram colhidas com o auxílio de gravador de voz e anotações dos pesquisadores concomitantes às respostas das perguntas.

Para os professores foram enviados questionários via e-mail a partir de contato telefônico prévio, sendo que para ambos foram abordados os critérios e motivos desta pesquisa.

3. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A partir do levantamento qualitativo realizado junto à coordenação do curso de Administração em questão, foram levantadas informações relevantes para verificação dos métodos utilizados, bem como a concordância e aplicabilidade do cenário existente no contexto dos discentes que devem realizar o ENADE.

Observou-se, de modo geral, que o sentimento é de agente responsável e procura meios de preparação para que os discentes tenham um aproveitamento relevante, o que eleva a nota do curso e dá consequente credibilidade. Entretanto, para que as ações de preparação sejam conduzidas, existem gargalos relacionados a diferentes situações ligadas ao exame: prova em massa (generalização a todo o território nacional), horários da prova, pouco sentido direto ao aluno (falta de penalidade ou benefícios diretos). Tais pontos recaem na necessidade de sensibilização e conscientização do aluno para efetuar o exame com seriedade.

Contrário aos gargalos, segundo a coordenadora, há pontos de oportunidade quando o exame é bem desenvolvido pelos alunos, ainda que os resultados não sejam precisos: repensar o modelo de ensino, a gestão institucional e a gestão do próprio curso. É neste ponto que a preparação se torna ainda mais importante, pois tende a apresentar características inerentes ao conteúdo (palestras, simulados) e à preparação quanto à importância da prova, uma sensibilização permanente, motivando-os a realizá-la com seriedade (premiações, campanha perene de conscientização).

Consciente da responsabilidade na formação dos discentes para realização do exame, foram apontadas limitações (algumas já citadas neste) intrínsecas ao método do exame, o que tende a dificultar a ação da mesma na preparação, conscientização e consequente aproveitamento satisfatório dos discentes no ENADE. Foi enfatizado o horário da prova, a divulgação da importância do exame por parte dos órgãos públicos competentes, o ato de concernir principalmente ao aluno e a falta de consolidação e adequação à realidade particular. Neste contexto,

foram pontuadas sugestões de melhoria, onde algumas já foram ventiladas no Ministério da Educação: prova online e a nota do ENADE divulgada no histórico escolar do discente.

A partir desta abordagem qualitativa na coordenação do curso, a efeito de comparação analítica, foram levantadas informações quantitativas no mesmo eixo, junto aos docentes da mesma instituição e curso, distinguindo a percepção em dois cenários: 1) Sobre o ENADE; e 2) Sobre a preparação dos acadêmicos para o ENADE.

A partir das premissas abordadas e detalhadas abaixo no início das sentenças, foi solicitado aos docentes que atribuísem notas de “1” a “5” de acordo com o grau de concordância à afirmativa, onde “1” representa total discordância e “5” concordância plena. Abaixo apresentamos as afirmativas extraídas da análise qualitativa e o nível de aceitação dos professores.

Sobre o ENADE: **O ENADE é um instrumento de avaliação das IES que tem uma importância grande para validação dos cursos, porém, necessita de melhorias, tanto estruturais quanto em seus critérios avaliativos.** A nota média atribuída foi **4,71**, o que denota um consenso entre os docentes sobre a necessidade de melhorias do exame, pois é importante que uma ferramenta de alcance nacional como esta, tenha uma aplicabilidade coerente, objetiva e criteriosa. O impacto que se tem em um instrumento avaliativo organizado, padronizado e que atenda ao real sentido de validação, ou seja, verificação e/ou aprovação de determinado curso, demonstra a necessidade de se desenvolver e melhorar constantemente o ENADE como esta ponte entre o aprendizado do aluno e a competência da institucional de transmitir os conhecimentos relativos ao que é ministrado em sala de aula a fim de traduzir nesta avaliação, de forma otimizada e coesa, os resultados obtidos por esse processo de ensino-aprendizagem. Dito isso, é notório que a ferramenta avaliativa precisa de melhorias, mas tais melhorias precisam iniciar-se dentro da própria IES, com suas metodologias de preparação, divulgação e transmissão da ideia de que os alunos submetidos a isso têm uma responsabilidade nas mãos: solidificar e qualificar o nome da faculdade em que estuda, além de contribuir para que os cursos de graduação realizados pelos mesmos tenham um valor acadêmico elevado no diploma e em seu histórico curricular.

Sobre o ENADE: **Por ser o componente do SINAES que mais tem peso na nota da IES, as mesmas têm dificuldades em relação ao comprometimento dos alunos e resistência dos mesmos para como exame, principalmente por ainda não haver nenhum tipo de penalidade para que não se saia bem no mesmo.** A nota média atribuída foi **4,71**, ou seja, os docentes veem a questão do interesse e compromisso dos alunos para com o exame como recorrente, ou seja, a identificação de dificuldades pontuais que a IES tem em conectar estes discentes ao ENADE, sobretudo no que diz respeito à compreensão da importância presente na avaliação. A partir disto, entra a discussão sobre penalizar ou punir o aluno de alguma forma caso não haja esta integração e cumplicidade com o exame, o que pode ser evitado se levarmos em conta a análise anterior em relação à estruturação deste instrumento avaliativo; quando se fala nesta estruturação, significa não somente fatores que envolvem a avaliação em si, mas os fatores internos e externos à instituição de ensino e que coloquem os alunos de certa forma dentro deste processo, minimizando o pensamento de punir pelo desinteresse e falta de vontade, e trabalhando o pensamento de recompensar pelo esforço e atenção. A coordenação e os docentes precisam então se atentar ao método preparatório disposto ali, pois sendo contemplada como uma intermediadora entre formação profissional e mercado de trabalho através da certificação máxima (o diploma), a linha de raciocínio de quem faz o ENADE precisa ir por esse ponto, analisando, refletindo e focando nos aspectos e conteúdos inerentes a este instrumento avaliativo.

Sobre o ENADE: **O fato de o exame ser o mesmo para todo o país atrapalha na obtenção de resultados precisos e adequados a cada realidade educacional regional.** A nota média atribuída foi **3,57**, denotando uma divergência mais elevada em relação às outras análises; mas não em termos de a pontuação estar abaixo das demais e sim da divergência entre as opiniões dos docentes, ao passo que, enquanto alguns concordavam totalmente/parcialmente, outros discordavam. Tal divergência aponta que o fato de o conteúdo da ferramenta ser unificado em território nacional pode ser um dos aspectos, mas não chega a ser algo prioritário ou que mereça uma atenção especial. Sendo o Brasil contemplado como um país multicultural, que possui diversas particularidades direcionadas a cada região, há aspectos que detêm certa influência nos conteúdos ministrados pelos professores e absorvidos pelos alunos no ambiente acadêmico. A realidade cultural é intrínseca de cada região e, por isso, levanta-se a reflexão de que o alcance de resultados só ocorre plenamente a partir da adequação do que é abordado nas avaliações do ENADE regionalmente falando. O consenso não foi tão próximo do último nível como nas análises anteriores, pois se supõe que, para uma parte dos pesquisados, a preocupação em torno da eficácia e credibilidade do ENADE não está centrada em um conteúdo regional, mas sim no conhecimento adquirido a partir do conteúdo estudado, independentemente do local em que as IES e os alunos estão inseridos; enquanto para outra parte, pode ser importante o atendimento à abordagem ou não de certos conteúdos de acordo com a realidade e avanço educacional presente em cada porção territorial do país.

Sobre o ENADE: **Apesar de ter pontos a melhorar, o ENADE tem contribuído com a gestão institucional e do curso de Administração na Faculdade em questão.** A nota média atribuída foi **4,14**, onde os

docentes tiveram percepção similar, expressando que o ENADE vem sendo uma ferramenta que contribui, exige e requer um esforço institucional para buscar a melhoria contínua na qualidade do curso, dos professores, dos materiais oferecidos, dos conteúdos programáticos ministrados, entre outros fatores. A importância de se ter algo motivador, no sentido de cobrança e desafio, é o que impulsiona os responsáveis do curso a gerir, organizar e desenvolver processos que possibilitem o ganho de rendimento, obtenção de resultados e alcance de metas, de forma que evite uma acomodação na metodologia educacional ali adotada e que o processo de ensino-aprendizagem, concebido na relação professor-aluno sob intermédio da IES, seja otimizado constantemente.

Sobre a Preparação dos Acadêmicos para o ENADE: **A Faculdade prepara os alunos para o ENADE proporcionando momentos de sensibilização (palestrantes experientes no tema), aplicando simulados semestrais para que se familiarizem com a prova e efetua uma preparação à parte (seminários com professores da instituição).** A nota média atribuída foi **4,43**, o que denota a real preocupação em preparar os alunos para o exame. Com os próprios professores participando, o grau de aproveitamento tende a ser elevado, uma vez que estão adaptados às vivências e particularidades da instituição. O fato de buscar a familiarização com a prova a partir de simulados semestrais, segundo os pesquisados, tende a construir certa adaptabilidade do discente, porém que deve vir acompanhada pela reta intenção no momento da prova, construída a partir da sensibilização.

Sobre a Preparação dos Acadêmicos para o ENADE: **O método de preparação mais adequado seria o investimento em campanhas permanentes de conscientização em parceria com empresa(s) especializada(s), por exemplo, e não apenas às vésperas da prova.** A nota média atribuída foi **4**, explicitando um contexto recorrente em ações administrativas: a terceirização. Entender a limitação e buscar especialistas nas atividades necessárias, na ótica da IES é uma saída acessível e que pode render um aproveitamento maior dos discentes, partindo da conscientização da importância da prova para o seu próprio meio acadêmico e desdobramento profissional. O trabalho especializado neste caso específico, deve estar em sintonia com a metodologia difundida na IES, bem como a ciência dos reais imperativos determinantes para aquele aproveitamento percebido em provas anteriores.

Sobre a Preparação dos Acadêmicos para o ENADE: **A melhor preparação para o ENADE é aquela efetuada em sala de aula, continuamente, na relação aluno-professor, buscando maior reciprocidade e conscientização.** A nota média atribuída foi **4,43**, demonstrando o quão importante é esta preparação, como aborda Arnt (2014, p. 5), ao afirmar que o método mais importante não deve partir de uma ação contingente às vésperas do exame, mas sim de um contexto amplo que diz respeito a todo curso da aprendizagem desenvolvida em sala de aula. Dessa forma, os docentes da IES, bem como a coordenação, julgam o dia a dia como importante neste processo, uma vez que a conscientização sendo efetuada paulatinamente e de forma eficaz, a aprendizagem e o conteúdo da prova estarão intrínsecos ao discente naturalmente. Não que se dispense uma preparação nas vésperas da prova, mas o caráter passa a ser memorial, de recordação de conceitos e não um novo momento de ensino-aprendizagem.

Sobre a Preparação dos Acadêmicos para o ENADE: **A nota do ENADE ser divulgada no histórico escolar dos alunos propiciaria maior comprometimento dos mesmos ao realizar o exame.** A nota média atribuída foi **4,43**, mesmo esta sendo uma preparação compulsória com consequências posteriores ao exame e a própria finalização da graduação. A ideia, ventilada pelo MEC, partiu de um pressuposto de conscientização e preparação compulsória, onde o aluno se sentiria penalizado por não efetuar uma prova de reta intenção. O que, a partir das informações levantadas, denota situação antônima à percebida atualmente, onde livre de penalidades aplicadas a si, a participação do exame seria facultativa à sua moral. Hoje a nota reflete indiretamente no discente, uma vez que o levantamento é generalista e apresentado como nota de curso. Assim, perceptível é para docentes e coordenador que uma preparação compulsiva (pelo reflexo da nota) seria um facilitador para a conscientização e preparação dentro da própria instituição.

O ENADE é visto pela coordenação e pelos docentes como uma ferramenta avaliativa que tem sua importância denotada, sobretudo em relação ao auxílio que exerce em termos de gestão institucional, ou seja, estimulando a IES a exigir mais dos alunos e de si mesma; a exigência junto aos alunos, porém, é uma ação que parte da própria gestão do curso, demonstrando a preocupação com o comprometimento dos mesmos para que a avaliação seja feita de forma responsável; preocupação esta que deveria partir do órgão público que elabora o exame e seus desdobramentos, a fim de adotar uma estratégia que garanta e provoque o envolvimento dos discentes nesse processo avaliativo.

A preocupação da instituição pesquisada com a preparação dos acadêmicos é notória, posicionando-se a favor da junção de atividades que sejam construtivas a um rendimento satisfatório dos mesmos. Unindo o dia a dia na sala de aula, conscientização dos alunos e suporte de empresas terceirizadas (em ações de envolvimento dos alunos para com a importância da prova), é gerada uma cadeia de ações simultâneas no decorrer do curso, que proporcionam aos discentes a criação de uma mentalidade fortificada e comprometida com foco no ENADE.

Notou-se o entendimento de que uma vertente da preparação dos discentes deve estar em complemento com outras, sendo contingenciais ou específicas, gerando assim ações que criam uma prerrogativa ao bom desempenho.

CONCLUSÃO

O ENADE se torna cada vez mais relevante e determinante na obtenção não só de nota, mas de confiabilidade e credibilidade de uma IES perante o sistema educacional acadêmico. No ensino superior, a metodologia utilizada para transmitir o conteúdo é diferente, pois a responsabilidade do aluno aumenta mais, ao passo que o mesmo precisa ter conscientização sobre a importância de se valorizar o curso em que está inserido, pois ao ser exigido na obtenção de resultados e exposição do conhecimento adquirido através do aprendizado, o exame em questão constrói um paralelo entre conteúdo abordado x conteúdo aprendido. O fato de não haver um impacto no histórico acadêmico ou quaisquer penalidades relativas ao curso ou ao diploma, acaba denotando a falta de interesse e boa vontade dos discentes em fazer a prova.

O papel particular da instituição é de se preocupar com o conteúdo programático, sobre como ele será transmitido e por quem será transmitido, porém, devido ao fato do próprio MEC não estimular a inclusão e a conexão do ENADE com as notas de conclusão do curso, não há, de quem o faz, o sentimento de desafio e motivação, ou seja, não há o entendimento claro e natural da responsabilidade que se tem nas mãos desses alunos sem que se envolva algum tipo de recompensa ou punição como preocupações, precauções e atitudes tomadas pela própria IES (que já mencionado anteriormente, não deveria acumular uma função que caberia ao órgão público).

Tal instrumento avaliativo vem sendo útil para que haja a busca de evolução constante em todo o contexto educacional nas instituições, consciente da necessidade de melhoria em alguns pontos, sejam eles estruturais, de critérios ou simplesmente do processo avaliativo em si. Independentemente do regionalismo, o exame nacional precisa atender necessidades e atingir resultados que contribuam para uma reflexão, análise e reformulação (caso necessário) de conceitos acadêmicos praticados e pregados em determinados locais, ao passo que, há uma resistência dos discentes que precisa ser trabalhada e que é um fator tratado com foco e cautela pela IES da pesquisa de modo que haja um cumprimento dos objetivos implícitos na realização do ENADE, ainda que a mesma destaque que algo precisa ser melhorado para evitar conflitos maiores tanto de informações, quanto de interesses.

Aliadas às ações estratégicas, tanto do MEC na elaboração da prova, quanto na preparação dos discentes, tornou-se ainda mais notória efetuando esta pesquisa a necessidade da conscientização dos acadêmicos que realizarão o exame. Ações contingenciais, às vésperas da prova, voltadas à fortificação de conceitos estudados e de demonstrar a importância do ENADE se mostram falhas na ótica dos pesquisados, uma vez que a sensibilização dos discentes deve estar intrínseca no meio acadêmico, o que fortificaria um conceito moral de responsabilidade individual sobre a necessidade de realizar o exame com eficácia, aplicando na prova o máximo de seu conhecimento adquirido. O dia a dia na sala de aula é ponto fundamental nesta relação, desde que a abordagem estratégica esteja fundamentada também por este objetivo.

Sendo assim, a resposta para a problemática se define bem. A faculdade se preocupa, de fato, com a preparação dos acadêmicos para o ENADE, uma vez que propõe ações para tal, reconhecendo a insuficiência das mesmas e buscando melhorias para os próximos anos. Sua preocupação ainda se expõe quando reconhece as falhas presentes no exame e tendo consciência opinativa do que se pode melhorar no método de avaliação e aplicação da prova. Este senso de trabalho conjunto em prol de uma melhoria voltada ao exame nacional, que se desdobra à instituição e aos discentes demonstra que a coordenação e os docentes do curso se sentem partes integrantes deste processo, não apenas como o instrumento de ensino, mas com visão crítica para os passos anteriores e posteriores a sua prática e responsabilidade primária no tema.

Com estes resultados apresentados, as IES passam a ter oportunidades de estabelecer uma maior visão crítica baseadas em uma pesquisa acadêmico-científica de bibliografia escassa. Para que se obtenham resultados positivos no ENADE de forma mútua, é necessário identificar, analisar e aplicar mecanismos não só voltados à fortificação de conceitos, mas também de conscientização dos discentes. Ou seja, as instituições de ensino, em parceria com o MEC, devem estimular os discentes de maneira contínua e ininterrupta durante toda a sua passagem pela educação superior.

Mediante as informações levantadas na presente pesquisa, amplia-se a gama de conhecimento acerca do tema e objeto pesquisados, oferecendo assim um norteamento para novos trabalhos e/ou pesquisas futuras. Pesquisas de maior abrangência nesse sentido podem ainda ser realizadas como inspiração para o grupo de alunos-pesquisadores em trabalhos futuros, como relacionar informações sobre tempo do curso, média de notas percebidas pelas instituições, comparação entre cenários de preparação e seus resultados. Realizar pesquisas junto aos discentes, utilizando recursos mais avançados para pesquisas, como o *Statistical Product and Service Solutions*¹⁴

¹⁴ SPSS – Programa Estatístico para Pesquisas Sociais.

(SPSS), tempo para pesquisar e bibliografia disponível podem ser úteis para desdobramentos desta pesquisa. De forma específica pode-se expandir as percepções em outros cursos superiores, abordando diversas IES traçando paralelos entre as informações levantadas. A fim de enriquecer a bibliografia é importante contemplar a visão de outros autores quanto à importância de se haver um instrumento de avaliação e seus atuais métodos de aplicação.

REFERÊNCIAS

ARNT, Ângela. Mecanismos didáticos/pedagógicos na preparação de alunos do curso de engenharia de materiais para o ENADE. **Revista da Universidade do Extremo Sul Catarinense**, Criciúma, p. 3-5, 2014.

BATISTA, Lúcia Melo. **Estratégias acadêmicas na avaliação de desempenho dos cursos de Ciências Contábeis no ENADE em Natal-RN**. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, p. 23 - 35, 2014.

BRASIL. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. In: **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 23 dez. 1996, v.134, n. 248 Título V, p. 27834 - 27845.

BRZEZINSKI, Iria. Tramitação e desdobramentos da LDB/1996: embates entre projetos antagônicos de sociedade e de educação. **Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 8, n.2, p. 186 - 189, 2010.

DEMO, Pedro. Cuidado metodológico: signo crucial da qualidade. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 17, p. 359, 2002.

FERNANDES, Florestan. Diretrizes e bases: conciliação aberta. **Educação e Sociedade**, Campinas, n. 36, a. XI, p. 143, ago. 1990.

GHIRALDELLI JR, Paulo. **História da Educação Brasileira**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

INEP. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira**. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/>>. Acesso em: 21 jan. 2016.

INEP. **Manual ENADE 2012**. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_superior/enade/manuais/manual_enade_2012.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2016.

INEP. **Manual ENADE 2015**. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_superior/enade/manuais/manual_enade_2015_30062015.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2016.

PAIVA, Giovanni Silva. Avaliação do desempenho dos estudantes da educação superior: a questão da equidade e obrigatoriedade no Provão e Enade. **Ensaio: Aval. Pol. Públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 58, p. 31 - 46, 2008.

RAMOS, Wilson. **O que as faculdades do norte pioneiro ensinam em Administração da Produção e Operações**: a visão do formando. VII Curso de Especialização em Gestão Industrial: produção e manutenção – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Ponta Grossa, p. 19 - 39, 2011.

SAVIANI, Dermeval. Desafios da construção de um sistema nacional articulado de educação. **Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 14, 2008.

SOUSA, Adriana de Faria e; VALADÃO JÚNIOR, Valdir Machado. Competências gerenciais no contexto internacional: possíveis contribuições de cursos superiores brasileiros de Administração. **O&S**, Salvador, vol. 20, n. 66, p. 383-402, 2013.

VERHINE, Robert Evan; DANTAS, Lys Maria Vinhaes; SOARES, José Francisco. Do Provão ao ENADE: uma análise comparativa dos exames nacionais utilizados no Ensino Superior Brasileiro. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 52, p. 291-310, 2006.

ANEXO

Métodos de Preparação para o ENADE no Curso de Administração

Nome (opcional): _____

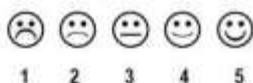
Tempo na Instituição: _____

Indique seu nível de concordância quanto às sentenças abaixo.

Onde: 1 = Discordo Totalmente. 5 = Concordo Totalmente.

- SOBRE O ENADE

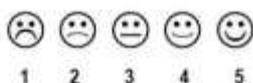
1) O ENADE é um instrumento de avaliação das IES que tem uma importância grande para validação dos cursos, porém, necessita de melhorias, tanto estruturais quanto em seus critérios avaliativos.



2) Por ser o componente do SINAES que mais tem peso na nota da IES, as mesmas têm dificuldades em relação ao comprometimento dos alunos e à resistência dos mesmos para com o exame, principalmente por ainda não haver nenhum tipo de penalidade para quem não se saia bem no mesmo.



3) O fato de o exame ser o mesmo para todo o país atrapalha na obtenção de resultados precisos e adequados a cada realidade educacional regional.



4) Apesar de ter pontos a melhorar, o ENADE tem contribuído com a gestão institucional e do curso de Administração na Faculdade em questão.



